

# A Filosofia da Educação na formação dos professores primários paranaenses

Dorothy Rocha\*

## Resumo

O tema deste artigo é a trajetória da disciplina Filosofia da Educação na formação dos professores primários paranaenses no período 1946-1971. O estudo dessa trajetória tem como principal referência o Instituto de Educação do Paraná, situado em Curitiba, capital do estado do Paraná. Os objetivos deste trabalho são identificar os conteúdos ministrados pela disciplina Filosofia da Educação e a concepção de Filosofia da Educação que permeou os cursos ministrados pela Instituição. Este trabalho tem como referência teórica Chervel (1990) e Santos (1990). Para a consecução dos nomeados objetivos, optou-se pelas seguintes fontes: diários de classe, lista de pontos para exames escolares, lista de pontos para concurso, Decreto-lei do Governo Federal, decretos e leis do Governo Estadual, portarias da Secretaria de Estado de Educação, instruções da Comissão de Serviço Público Estadual e manuais escolares. Essas fontes foram obtidas na Biblioteca e Arquivo do Instituto de Educação do Paraná, na Biblioteca Pública do Paraná, no Arquivo Público do Estado do Paraná e no Arquivo do Colégio Sant'Ana. A análise dos dados indica que a disciplina Filosofia da Educação no período 1946-1971 carecia de identidade, pois seus conteúdos eram principalmente de História da Filosofia, não se constituindo em referencial para os professores primários refletirem sobre sua prática educacional, de tal forma que pudessem transformá-la em práxis.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia da Educação. Formação de professores primários. História das disciplinas.

---

\* Doutora em Educação pela PUC, São Paulo; Mestre em Educação pela PUC, Rio de Janeiro; professora aposentada pela UFMS; Rua Padre Agostinho 2.885, B3-304, Bairro Bigorrião, 80710-903, Curitiba, PR; dorothyrocha@onda.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentam-se os resultados de mais uma etapa da pesquisa, cujo objetivo geral é ampliar as discussões acerca da trajetória da disciplina Filosofia da Educação na formação dos professores primários paranaenses.

A primeira etapa desta investigação resultou em dois trabalhos. O primeiro deles é um dos capítulos do livro *A Escola secundária: modelos e planos - Brasil, séculos XIX e XX* (VECHIA; CAVAZOTTI, 2003). Intitulado *A escola normal secundária de Curitiba nos anos 20*, este trabalho discorre, em sua primeira parte, sobre as reformas da escola normal, criada em 12 de abril de 1876, pelo presidente da Província do Paraná. Na segunda parte, analisam-se os objetivos e os planos de estudo da escola normal de Curitiba nos anos 20 do século XX, bem como discute-se o papel que essa instituição escolar cumpria na sociedade. Durante o período focalizado, observou-se nos planos de estudo da escola normal a presença constante da disciplina Pedagogia, então considerada indispensável à formação dos professores primários. Observou-se, também, a importância crescente e, cada vez mais enfatizada pelas autoridades educacionais, da disciplina Psicologia nessa formação.

O segundo trabalho, publicado pelo periódico *Intermeio*, Revista do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitula-se *A Disciplina Pedagogia e o Saber Filosófico sobre a Educação na Escola normal de Curitiba: 1900-1945*. Foi desenvolvido a partir de dois objetivos: identificar e caracterizar o saber filosófico sobre educação no curso de formação de professores primários daquela instituição escolar. No artigo concluiu-se que a disciplina Pedagogia, ao longo do período 1900-1945, desenvolveu, principalmente, o tema como ensinar os conteúdos da escola primária, ou seja, seu conteúdo mais significativo dizia respeito às metodologias. Foi possível, também, identificar nos programas dessa disciplina, os quais sofreram alterações ao longo dos anos, outros temas: Psicologia, noções de Lógica e História da Pedagogia, esta entendida, por sua vez, como história e filosofia das civilizações passadas. Quanto à disciplina Psicologia, esta ganhou cada vez mais espaço na formação dos professores primários, à medida que se disseminava a crença de que tal conteúdo faria da atividade educacional uma atividade científica.

A Escola – denominada, desde 1938, como Escola de professores – que, até então, formava esses profissionais, em 1946, transformou-se no Instituto de Educação do Paraná, atendendo ao disposto no Decreto n. 432 do Estado do Paraná, assinado em 26 de janeiro do mesmo ano.<sup>1</sup> Em 9 de setembro ainda de 1946, o Diário Oficial do Estado publicou outro Decreto, o de número 2.368. Esse documento legal determinou a reorganização do ensino normal no âmbito do Estado. Os dois decretos (432 e 2.368) estavam consoantes ao prescrito pelo Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, o qual estabeleceu a Lei Orgânica do ensino normal.

De acordo com o artigo 2º do Decreto 2.368/46, o ensino normal estruturou-se em dois ciclos: curso de formação de regentes de ensino primário, com duração de quatro anos, e curso de formação de professores primários, com duração de três anos. O parágrafo único do nomeado artigo esclarecia que o ensino normal poderia compreender cursos de especialização para professores primários e de habilitação para administradores escolares do grau primário. O ensino normal assumia, desse modo, as seguintes denominações: Curso normal regional, escola normal e Instituto de Educação.

O Instituto de Educação, como um dos órgãos executores de serviços da Secretaria de Educação e Cultura assumiu, dois anos mais tarde, a função de Centro-modelo de formação de professores primários, devendo, ainda, promover a especialização e o aperfeiçoamento dessa modalidade de magistério (PARANÁ, 1948).

O artigo 4º do Decreto estadual n. 2.368/46 estabeleceu a estrutura curricular dos cursos de formação de professores primários, de acordo com o plano de estudos já definido pela Lei Orgânica do ensino normal: 1ª série – Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física e Jogos; 2ª série – Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene e Educação Sanitária, Metodologia de Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Educação Física, Recreação e Jogos; 3ª série – Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, Metodologia de Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Prática de Ensino, Educação Física, Recreação e Jogos.

O mesmo artigo acrescentou a cadeira de Orientação Educacional entre as disciplinas ministradas na 2ª e na 3ª série.

O documento em questão introduzia, pela primeira vez, na escola normal do estado do Paraná, o saber Filosofia da Educação por meio de uma disciplina: História e Filosofia da Educação. Não se pretende dizer que, até então, esse saber não fizesse parte da formação dos professores primários. Os dois trabalhos indicam, de certa forma, a presença de conteúdos filosóficos, ainda que de forma incipiente, na formação desses profissionais.

Contudo, a introdução da disciplina História e Filosofia da Educação não foi registrada no plano de estudos do curso de formação de regentes de ensino primário. Observe-se a estrutura curricular desse curso, definida, em fins de 1949, pelo Decreto estadual n. 8.862: 1ª série – Português, Matemática, Geografia, Desenho e Caligrafia, Ciências Naturais e Higiene, Música, Trabalhos Manuais; 2ª série – Português, Matemática, Geografia, Desenho e Caligrafia, Ciências Naturais e Higiene, Música, Trabalhos Manuais; 3ª série – Português, Matemática, Desenho e Caligrafia, Ciências Naturais e Higiene, Música, Trabalhos Manuais, História Geral e do Brasil; 4ª série – Português, Desenho e Caligrafia, História Geral e do Brasil, Psicologia e Pedagogia, Didática e Prática de Ensino.

O Decreto nomeado ainda definiu os conteúdos referentes à Pedagogia nos seguintes termos: características da pedagogia: científica, dinâmica, genética, funcional, social, diferencial (PARANÁ, 1950).

Destaque-se também a presença dos saberes Filosofia e Filosofia da Educação na estrutura curricular do Curso de Administração Escolar, segundo a Portaria 116 da Diretoria Geral de Educação, assinada em 1947. O Curso, com dois anos de duração, tinha as seguintes disciplinas: 1º ano – Estudos paranaenses, Estudos da criança, Estatística aplicada à educação, Organização e Administração escolar, Metodologia de Ensino Primário, História da Arte; 2º ano – Filosofia Moderna e Contemporânea, Filosofia da Educação, Metodologia do Ensino Primário, Organização e Administração Escolar, Prática de provas e medidas escolares, Prática de inspeção e orientação escolares.

É interessante notar que, em 1958, na estrutura curricular da escola normal secundária, a disciplina Filosofia Educacional, indicada para a 3ª série, está desvinculada da disciplina História e Filosofia da Educação, tal como havia sido proposto pela nomeada Lei Orgânica (CALDEIRA apud RIVAS, 2002, p. 170).

Pode-se afirmar, então, que o saber filosófico acerca da educação conquistou o seu lugar na estrutura curricular do curso de formação de professores pri-

mários e no processo de seu aperfeiçoamento e especialização, a partir de 1946, permanecendo até 1971, quando da edição da Lei 5.692, que se referia ao ensino de 1º e 2º graus. Segundo esse documento legal, a formação de professores para as primeiras séries do ensino fundamental aconteceria mediante habilitação profissional específica para o magistério. A proposta curricular dessa habilitação descaracterizou a estrutura dos antigos cursos normais (PIMENTA; GONÇALVES, 1990; TANURI, 2000). Nessa nova proposta de formação de professores, o saber filosófico, bem como os saberes psicológicos, históricos, sociológicos e biológicos da educação deveriam ser desenvolvidos pela disciplina Fundamentos da Educação.

Alerte-se para o fato de que, em 5 de dezembro de 1964, portanto sete anos antes da assinatura da Lei 5.692/71, o sistema estadual de ensino paranaense foi organizado por intermédio da Lei n. 4.978. Os artigos 158-165 da Lei em apreço regulamentaram o ensino normal no Estado, definindo suas finalidades, como a formação de professores, orientadores, supervisores, administradores escolares e outros especialistas para o ensino primário, pré-primário e a disseminação “[...] dos conhecimentos técnicos relativos à educação da Infância.” (PARANÁ, 1964). O ensino normal seria ministrado em escolas normais de grau ginásial que formariam em cinco séries os regentes de ensino e em escolas normais de grau colegial. Estas, estruturadas em três séries, formariam professores normalistas ou professores primários. Aos institutos de educação caberia a tarefa de, além de manter essas duas modalidades de Curso normal, formar administradores escolares e orientadores educacionais por meio de cursos de especialização.

A leitura dos artigos citados permite ao leitor verificar que a legislação aqui focalizada determinou a departamentalização do ensino, isto é, o agrupamento de disciplinas e práticas educativas em divisões e departamentos. Pretendia-se com essa departamentalização propiciar o entrosamento das atividades docentes, tendo-se como consequência uma visão mais clara dos objetivos específicos das diversas disciplinas afins. Pretendia-se, com a estrutura da escola normal em departamentos, favorecer o planejamento em comum e a discussão de experiências. O resultado esperado era a maior integração das disciplinas e a convivência profissional entre os professores. As disciplinas e práticas nas escolas normais se estruturariam em dois departamentos: Cultura geral e Cultura profissional.

Nos institutos de educação, além desses dois departamentos, haveria um terceiro: Departamento de estudos especializados. O critério para a organização dos departamentos em divisões seria “[...] a afinidade de conteúdos ou correlação de matérias.” (PARANÁ, 1964).

Em decorrência dos dispositivos da Lei estadual 4.978/64, o Conselho Estadual de Educação aprovou em 7 de dezembro de 1965, a Resolução n. 26, a qual estabelecia as bases curriculares do ensino médio para os estabelecimentos integrantes do Sistema Estadual de Ensino. Em relação ao currículo da escola normal de grau colegial, não se observa a presença da disciplina História e Filosofia da Educação. Os conteúdos relativos ao saber Filosofia da Educação aparecem integrados à disciplina Fundamentos da Educação enquanto que o saber História da Educação está relacionado entre as disciplinas optativas. A Resolução n. 2, assinada pelo Conselho Estadual de Educação, em 3 de março de 1966, que aprovou os “currículos-tipos” elaborados pela Secretaria da Educação e Cultura, também não relaciona a disciplina História e Filosofia da Educação ou Filosofia Educacional entre as disciplinas do Curso normal regional e do Curso normal colegial, mas sim a disciplina Fundamentos da Educação.<sup>2</sup>

Cabe ainda ressaltar que a implementação dos dispositivos da Lei 5.692/71, citada anteriormente, não descaracterizou somente o Curso normal, mas implicou, também, a descaracterização dos institutos de educação como centro de formação, de aperfeiçoamento e especialização de professores primários. Segundo Rivas (2002, p. 159), até então, o Instituto de Educação do Paraná era para o Estado “[...] um centro irradiador de diretrizes para as demais escolas de formação de professores primários [...]” e, como tal, teve um papel significativo na “[...] formação de quadros administrativos e pedagógicos educacionais no Estado do Paraná.” (RIVAS, 2002, p. 168).

Sobre essa instituição escolar, é importante recuperar o estudo de Ywaya (2000) desenvolvido em sua dissertação, apresentada na Universidade Federal do Paraná. Neste trabalho, a autora identificou e analisou as representações sociais presentes no imaginário social dos curitibanos acerca do IEP. Ao longo de suas reflexões, focalizando o período 1940-1960, Ywaya (2000, p. 103) buscou compreender o significado social, cultural e afetivo de “[...] uma escola avançada, e de alto nível” não só para os curitibanos, mas para todos os paranaenses. Entre suas conclusões, ela afirma:

Sua construção arquitetônica, de linhas neoclássicas, [...] representava um modelo ideal, planejada criteriosamente para tal fim. [...] Os professores e alunos sentiam-se “realizados” em trabalhar e estudar no IEP. Para os professores [...] significava o auge da carreira de magistério quando eram poucas as faculdades na cidade. Para as alunas, significava o reconhecimento de sua capacidade intelectual, além da garantia de uma profissão respeitada socialmente.

Ywaya (2000, p. 112) prossegue afirmando:

Apesar das relações contraditórias e conflituosas entre teorias, práticas e atores sociais sobrepôs-se sempre o discurso da excelência e da notabilidade, que conseguiu ser mantido ao longo do tempo, e que alimenta permanentemente o orgulho de seus ex-alunos e ex-professores.

## 2 OS PROCEDIMENTOS E AS FONTES

Neste trabalho, inserido no âmbito das investigações sobre a história das disciplinas, entende-se por disciplina escolar um conjunto de conteúdos e atividades de uma área de saber organizado, especialmente para ser ensinado/aprendido em uma determinada série, de um determinado curso. Tem um papel específico: colocar esses conteúdos e atividades a serviço de finalidades educativas. Um dos seus elementos constituintes, os conteúdos, é objeto deste trabalho, ou seja, busca-se identificar os conteúdos relativos à Filosofia da Educação, veiculados pela disciplina História e Filosofia da Educação. É oportuno registrar que não se ignora a importância de se identificar os agentes, os atores e seus respectivos papéis na constituição desse conhecimento, bem como responder questões como: quais eram os seus fins? Como era transmitido aos alunos? O que os alunos realmente aprenderam? Qual a formação de seus professores? Qual a relação entre os fins, conteúdos e atividades com as tarefas a ser desempenhadas pelos futuros professores primários?

Quanto aos agentes ou atores referidos, pode-se citar: associação de docentes, a comunidade escolar, professores, alunos, pesquisadores, autores de livros didáticos, técnicos educacionais, membros do poder legislativo, autoridades educacionais e outros.

É importante registrar que vários pesquisadores têm contribuído para iluminar as discussões acerca do caminho a ser trilhado para a identificação e as explicações sobre as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo de sua trajetória. Entre eles, destacam-se Chervel (1990) e Santos (1990).

Em suas reflexões, o primeiro autor propõe encontrar na própria escola as determinações da origem e das modificações de uma disciplina. Para tanto, Chervel (1990) afirma que o pesquisador deve recorrer às seguintes fontes para estudar as finalidades das disciplinas: programas oficiais, discursos ministeriais, leis, ordens, decretos, acordos, instruções, circulares fixando os planos de estudos, métodos, exercícios, relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos, manuais de didática, prefácios de manuais, relatórios de presidentes de bancas, debates parlamentares e práticas concretas de docentes e discentes. Logo, o estudo sobre finalidades deve focalizar dois planos: os objetivos fixados e aqueles, efetivamente, incorporados pela prática docente. As fontes discriminadas pelo autor para o estudo de conteúdos são os cursos manuscritos, os manuais e os periódicos pedagógicos. A autora deste trabalho chama a atenção do leitor para os diários de classe e a relação de pontos para os exames. Quanto às tarefas e às provas solicitadas aos alunos, concorda-se com Chervel (1990), quando afirma que tais documentos possibilitam a análise de práticas de avaliação. Esse pesquisador ainda relaciona os trabalhos dos próprios alunos para se verificar, o que de fato foi aprendido por eles. Portanto, o autor enfatiza uma abordagem mais intrínseca para o estudo das disciplinas. Em outras palavras, trata-se de buscar no interior da escola e de sua cultura as origens e as razões geradoras das transformações de uma disciplina.

Todavia, partindo-se do pressuposto de que a constituição de uma disciplina, bem como o seu ensino são práticas sociais, há que, sem descurar das importantes contribuições do pesquisador Chervel, estar atento a outros determinantes que explicam a origem e as transformações sofridas por uma disciplina escolar ao longo do tempo. Nesse sentido, as ideias de Santos (1990) acerca do tema são muito importantes. Vale relacioná-las aqui. Para essa pesquisadora, o desenvolvimento de uma disciplina depende da relação entre fatores internos e externos. Os primeiros dizem respeito às próprias condições de trabalho da área de conhecimento. Os fatores externos estão diretamente relacionados à política educacional e aos contextos econômico, social e político que a determinam. San-



tos (1990) acrescenta: as relações entre os citados fatores não são constantes, e eles devem ser estudados sob uma perspectiva sócio-histórica. A autora acrescenta que o peso de uns e de outros está condicionado:

- a) pela tradição da área de estudos ou da disciplina, pelo seu prestígio acadêmico e pelo tempo de sua existência no currículo;
- b) pelo nível de organização dos profissionais da área, existência ou não de periódicos e a política editorial da área;
- c) pelas condições objetivas do lugar ou do país, considerando o regime político, administrativo e a estrutura do sistema educacional.

A partir dessas considerações, Santos (1990) levanta a hipótese: o peso de fatores internos no desenvolvimento de uma disciplina depende do grau de maturidade de uma disciplina e da organização dos profissionais da área. Esse peso aumenta, à medida que for mais descentralizado o sistema educacional.

Por outro lado – continua Santos (1990) – o regime político, o nível e tipo de desenvolvimento de um país podem ter um grande peso no desenvolvimento de uma disciplina, tornando-a mais vulnerável aos fatores externos. Logo, o estudo da história de uma disciplina, segundo a autora, não pode descurar das complexas relações existentes entre o educacional e o social.

Se Chervel traz uma contribuição importante ao chamar atenção do pesquisador para o papel da escola na constituição e nas transformações de uma disciplina, não se pode deixar de considerar a perspectiva de Santos, uma vez que introdução de uma disciplina em um currículo e o seu ensino são e resultam de práticas sociais e, portanto, sofrem determinações que ultrapassam os muros da escola. Assim, há de se considerar os nomeados fatores internos e externos e suas complexas relações sob uma perspectiva histórica.

Na etapa da pesquisa, ora em desenvolvimento, concentraram-se, primeiramente, os esforços na busca de fontes no Arquivo Público do Paraná, no Arquivo e na Biblioteca do atual Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto e na Biblioteca Pública do Paraná. Nessa Biblioteca, a busca de fontes privilegiou o Diário Oficial da União e o Diário Oficial do Estado do Paraná, a partir de 1946. No Arquivo e na Biblioteca da referida Instituição escolar a procura foi por diários de classe, atas da Congregação, listas de pontos para os exames e

outros documentos que pudessem fornecer informações sobre o saber filosófico sobre a educação, desenvolvido por meio da disciplina História e Filosofia da Educação.

A procura por dados que possibilitassem o estudo proposto levou a autora desse trabalho a outros arquivos escolares, entre eles, o do Colégio Sant'Ana, situado na cidade de Ponta Grossa.<sup>3</sup> Este Colégio completou 100 anos em 2005. Foi fundado e administrado, desde 1905, pela Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo. O curso de formação de professores primários dessa instituição escolar foi criado em outubro de 1946 e suas atividades iniciadas no ano seguinte, após a realização do exame de admissão (ALMEIDA; RHODEN, 2005, p. 54-56).

Justifica-se a busca de dados em outros arquivos escolares pelo fato de o Instituto de Educação do Paraná ter sido considerado, como foi registrado anteriormente, “centro-modelo de formação de professores primários.” Logo, poderia haver a hipótese de que os conteúdos da disciplina História e Filosofia da Educação ministrados em cursos normais de outras cidades do estado do Paraná teriam como referência os conteúdos ministrados naquela Instituição.

### 3 OS CONTEÚDOS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

O objetivo neste momento do trabalho é delinear um dos aspectos definidores da disciplina escolar, ou seja, seus conteúdos. Para tanto, a autora relaciona, a seguir, as fontes e seus respectivos produtos.

Inicialmente, afirma-se que a leitura de exemplares do Diário Oficial da União e do Diário Oficial do Estado do Paraná, publicados no período 1946-1950, não redundou na identificação de uma proposta de conteúdos para a escola normal, tal como foi possível identificar para o curso secundário, após a assinatura do Decreto-lei n. 8.530/46. Todavia, a leitura de exemplares do Diário Oficial do Estado permitiu a identificação de duas listagens de conteúdos para o concurso para provimento em cargo de classe inicial da carreira de “Delegado de Ensino” no Serviço Público Estadual. Formulou-se, então, a questão: O saber Filosofia da Educação teria sido incorporado ao processo de avaliação dos candidatos ao cargo de Delegado de Ensino? Em que consistiria esse saber?

A primeira listagem publicada em 20 de setembro de 1947, assinada pela Comissão de Serviço Público Estadual, relaciona diversos itens. A sua análise permite afirmar que um dos itens era dedicado aos fundamentos biológicos, cinco aos fundamentos psicológicos e três aos fundamentos sociológicos da educação. Um item discriminava os conteúdos relativos à história da educação. Outro único item da listagem indicava um tema, sempre objeto de reflexões filosóficas: “Educação, conceituação do termo. Análise das definições clássicas, educação como processo individual e como processo social; domínio do seu estudo, meios e fins em educação.” (PARANÁ, 1947, p. 1). Corroborando a afirmação, podem-se citar, inicialmente, três manuais didáticos. O primeiro escrito por Fontoura, o segundo por Bello e o terceiro por Santos. Esses professores destinaram seus respectivos manuais sobre Filosofia da Educação às escolas normais, às faculdades de Filosofia, aos institutos de educação e aos cursos de Pedagogia. Esses três autores, em suas respectivas obras, abordaram, entre outros temas, os conteúdos Conceito de Educação e Os Fins da Educação.<sup>4</sup>

A segunda listagem, publicada em 18 de novembro de 1950, seis anos após o Decreto-lei n. 8.530/46 não fazia qualquer referência a quaisquer conteúdos, usualmente citados como de Filosofia da Educação (PARANÁ, 1950, p. 1-2). Pode-se, então, levantar a hipótese de que o saber filosófico acerca da educação, que deveria ser introduzido pela disciplina História e Filosofia da Educação, por determinação da Lei Orgânica do ensino normal, assinada em 1946, não havia ainda ocupado um lugar de destaque na formação dos professores primários.<sup>5</sup>

Merece, agora, ser assinalado que, no Instituto de Educação do Paraná, a autora desta pesquisa encontrou três documentos importantes: um Livro de ponto do Professor relacionando, entre diversos dados, a matéria lecionada na disciplina História e Filosofia da Educação para a 2ª turma da 3ª série do Curso normal; um Livro de ponto e Diário de Aula, que registrava a matéria lecionada para a 1ª turma também dessa 3ª série e outro Diário de Aula, discriminando a matéria lecionada para a 3ª turma ainda da mesma série.

O registro encontrado nesses três documentos abrange o período de março a novembro de 1965. Ressalte-se, entretanto, como pode ser observado a seguir, que esse registro diz respeito muito mais às atividades desenvolvidas pelos alunos matriculados na disciplina, sem qualquer indicação de seus objetivos ou de conteúdos trabalhados por elas, do que aos conteúdos da disciplina.

<b>3ª turma</b>	
Março	Planejamento do trabalho Distribuição de ficha I Trabalho de classe
Abril	Trabalho em classe Trabalho – Apresentação das relatoras Explicação sobre os assuntos pesquisados Ficha III – Unidade II – distribuição do trabalho Pesquisa na biblioteca
Maio	Pesquisa na biblioteca Trabalho em classe Conclusões Artigo da Manchete Trabalho Questionário em classe Debate: Grupos A – C Debate: Grupos B – C Exposição pela professora Unidade III - Questionário para a classe Questionário de levantamento em classe Debate entre alunos e leitura de jornal Trabalho em classe
Junho	Trabalho em classe Debate grupos A – C Horário usado para a prova de Português Prova escrita Relatora grupo D – E Relatora Grupo B Grupo Relator F Questionário em classe
Agosto	Palestra sobre as últimas provas e entrega de notas Distribuição do trabalho <i>Recapitulação – Métodos e leis do conhecimento</i> <i>Continuação do ponto anterior</i> <i>Períodos da evolução histórica da Filosofia</i> <i>Filosofia Moderna</i> Divisão do trabalho – VI Unidade Trabalho em classe Aula ocupada pelo professor Alfredinho Trabalho na Biblioteca
Setembro	Aula em classe Debate em classe

	Prova oral – questionário Exposição de unidade em classe Prova mensal Trabalho na biblioteca Trabalho em classe
Outubro	Relatório das fichas As alunas foram à Biblioteca e o prof. foi à reunião do Conselho Trabalho na Biblioteca Trabalho em classe Comemoração no pavilhão Regência Reunião com o Diretor Reunião com o Diretor
Novembro	Exposição em classe Exposição em classe Trabalho com o grupo C Exposição e debate do grupo D Debate com o grupo E Exposição em classe Debate com o grupo – trabalho em classe Verificação de notas da turma

Quadro 1: Atividades desenvolvidas pelos alunos da 3ª série

Fonte: o autor.

Observe-se que os conteúdos, propriamente, foram registrados apenas no mês de agosto: Recapitulação – Métodos e leis do conhecimento; Continuação do ponto anterior; Períodos da evolução histórica da Filosofia; Filosofia Moderna.

Para a segunda turma, as atividades são da mesma natureza e os conteúdos idênticos. Quanto ao Livro de Ponto e Diário de Aula da primeira turma, ele não aponta para qualquer registro nos meses de março a junho, setembro e outubro.

No mês de agosto, foram registrados os seguintes conteúdos: Métodos e leis do conhecimento; Evolução histórica de método científico; Evolução dos períodos filosóficos.

No mês de novembro, pode-se ver o seguinte registro: Reforma e Renascença; Renascimento; Conceitos educacionais após o Renascimento.

No Arquivo do Instituto de Educação, encontrou-se também o registro de conteúdos da disciplina Filosofia e História da Educação, disciplina que era mi-

nistrada na primeira série do Curso de Administração Escolar. Esses conteúdos estão registrados em dois Livro Ponto e Diário de Classe, um datado de 1965 e o outro de 1966.

Observem-se esses conteúdos para o ano de 1965:

<b>Mês</b>	<b>Conteúdos</b>
Março	Filosofia Conceituação de Filosofia Conceituação de Filosofia da Educação Conceitos gerais Relações entre Filosofia de Vida e Filosofia da Educação
Abril	Resumo do anterior Programa Levantamento da situação ideológica dos alunos
Maio	Influência da Filosofia da Educação Evolução do pensamento filosófico: Grécia, Cristianismo – Patrística e Escolástica, Idade moderna, Idade contemporânea Educação Naturalística Postulados fundamentais Filosofia naturalística aplicada à educação Educação: pressupostos fundamentais da Filosofia Socialista-comunista Conceito socialista de educação Conceito individualista de educação: introdução, pressupostos fundamentais e considerações Conceito idealista de educação Conceito nacionalista de educação Conceito pragmatista de educação Conceito cristão de educação Conceito culturalista de educação
Junho	Não há registro de conteúdos
Agosto	A educação através dos tempos A educação cristã A educação humanista A educação protestante A educação naturalista Estatismo educacional Realismo científico Psicologia da educação: Pestalozzi, Herbart Froebel

Setembro	M. Montessori Educação no Brasil Os jesuítas no Brasil Colonial D. João VI e sua obra educacional Educação no período Imperial
Outubro	Situação educacional atual Leis de Diretrizes e Bases Educação para a democracia
Novembro	Educação para a democracia Vantagens da democracia Democracia e educação

Quadro 2: Registro de conteúdos da disciplina Filosofia e História da Educação em 1965

Fonte: o autor.

O Livro de Ponto e Diário de aula de 1966 registram os conteúdos da disciplina apenas no período março-junho.<sup>6</sup>

Mês	Conteúdos
Março	Objetivos da Filosofia da Educação no Curso de Administração Conceituação de Filosofia Conceito de Filosofia da Educação Concepção Naturalista de Educação Concepção Idealista de Educação Concepção Cristã de Educação
Abril	Significado de educação Tipos de educação Possibilidades da educação Necessidade de educação Bases da educação integral O educando A concepção do educando
Maior	Conceito de Filosofia da Educação Filosofia Pedagógica As principais correntes filosóficas e sua influência na Pedagogia O materialismo Idealismo Existencialismo Materialismo e capitalismo Importância da Filosofia na Pedagogia

Junho	A ciência contra o naturalismo Irredutibilidade do vivo e do não vivo O vitalismo contra o naturalismo Irredutibilidade da vida psíquica a uma simples função do cérebro Irredutibilidade do homem animal A linguagem, religião, organização social, moralidade
-------	--

Quadro 3: Registro de conteúdos da disciplina Filosofia e História da Educação em 1966  
Fonte: o autor.

Essas novas fontes que permitiram a continuidade do objetivo proposto foram capturadas no arquivo do Colégio Sant'Ana, considerado, desde sua fundação, “[...] um marco referencial na formação moral, religiosa, política, ética, cultural, intelectual, social do cidadão pontagrossense.” (ALMEIDA; RHODEN, 2005, p. 1).

Observe-se a seguir os conteúdos da disciplina História e Filosofia da Educação, ministrados no 1º semestre de 1961, na 3ª série do Curso normal desse Colégio:

<b>Unidade I: Conceito de História da Educação</b>	Fases da História da Educação – Necessidade do estudo da História da Educação – Valor desse estudo – Relações entre a evolução das doutrinas pedagógicas e as concepções de vida – Educação primitiva, importância pedagógica do estudo desta – Meios e fins da educação primitiva – educação moral – origem do método e primeiros professores – Educação egípcia – Educação hebraica – Educação grega – Caracteres gerais – Humanismo – pedagogia – Educação espartana – Debates sobre o assunto dado – Educação ateniense – Educadores gregos: Pitágoras – Platão – Filosofia e pedagogia de Platão – Aristóteles – sua filosofia – influência aristotélica na pedagogia, na política e na ética – escolas helenísticas – A cultura romana – A educação romana – Educadores romanos: Catão, Varão, Sêneca – O cristianismo e o mundo antigo – Influência do cristianismo sobre a educação grego-romana – Os ideais educativos do cristianismo – Educação apostólica – Educação cristã – Cultura medieval – Educação patrística – Educadores patrísticos – Escolas patrísticas.
<b>Unidade I: Filosofia</b>	Introdução – Origem dos estudos filosóficos – Independência da Filosofia e os grandes filósofos gregos – Conceito e definição da Filosofia – A filosofia medieval – A filosofia moderna – Natureza da Filosofia – Caracteres da Filosofia – Divisão geral – A lógica – A metafísica – Filosofia da Natureza, Moral e Ética – Estética – Método da Filosofia.

Quadro 4: Conteúdos da disciplina História e Filosofia da Educação do 1º semestre de 1961  
Fonte: o autor.



Os conteúdos relacionados para a 1ª prova parcial realizada no final do 1º semestre de 1961 confirmaram os conteúdos relacionados. Eles foram organizados em dez pontos:

- a) Conceito de educação;
  - Educação primitiva,
  - Períodos da educação romana,
- b) Conceito de Filosofia;
  - Necessidades do estudo da História da educação,
  - Sócrates,
- c) Educação hebraica;
  - Escolas patrísticas,
  - Pitágoras,
- d) Natureza da Filosofia;
  - Meios e fins da educação primitiva,
  - Platão,
- e) Aristóteles, sua filosofia;
  - Origem do método e primeiros professores,
  - Educação apostólica,
- f) Método da filosofia;
  - Diferenças essenciais entre a educação espartana e a ateniense,
  - Educação patrística,
- g) Educação grega, caracteres gerais;
  - Divisão da Filosofia,
  - Educadores romanos: Catão, Varrão, Sêneca,
- h) Educadores patrísticos;
  - Conceitos modernos de filosofia,
  - Educação espartana,
- i) Educação romana;
  - Ideais e fins da educação,
  - Escola helenística,
- j) Educação ateniense;
  - Fases da história da educação,
  - A influência das doutrinas filosóficas de Aristóteles sobre sua pedagogia.

Os pontos sorteados para a 1ª prova parcial foram dois: o ponto 10 para a fila A e o ponto 9 para a fila B. O documento intitulado Pontos sorteados nas provas parciais registra as seguintes questões:

- a) Ponto 10: Que compreende a educação primitiva e oriental?
- Dê a extensão da educação clássica, da educação medieval e da educação humanista.
  - Que caracteriza a educação realista, a educação racionalista a educação nacionalista e a educação democrática?
  - Como Aristóteles adapta os estudos ao desenvolvimento da criança?
  - Interpretar a frase: “A educação deve ser ao mesmo tempo utilitária e desinteressada.”
  - Aristóteles foi partidário moderado do estatismo pedagógico, explique isso.
- b) Ponto 9: Quais foram os ideais da educação hebraica?
- Quais foram os fins e ideais da educação romana?
  - E da educação apostólica?
  - Como surgiram as escolas helenísticas?
  - Qual foi a importância da Escola de Alexandria?
  - Que sabe das escolas de retóricos e de filósofos na Grécia?

#### 4 CONCLUSÃO

O intuito aqui é suscitar algumas questões e levantar algumas conclusões a partir dos dados obtidos até o momento da elaboração deste artigo.

Esses dados revelam que a partir de 1946 os conteúdos filosóficos acerca da educação adentram a estrutura curricular dos cursos de formação de professores primários ou por meio da disciplina História e Filosofia da Educação, da disciplina Filosofia Educacional ou por intermédio da disciplina Fundamentos da Educação; como um dos itens da disciplina Pedagogia nos cursos formadores de regentes de ensino e como Filosofia e História da Educação no Curso de Administradores Escolares do IEP.

Embora a identificação dos conteúdos filosóficos no que diz respeito à educação tenha sido colocada como principal objetivo deste trabalho, não se pode ignorar as questões relativas aos procedimentos didáticos e às formas de avaliação adotadas nas duas instituições citadas. Procedimentos didáticos, tais como debates, trabalhos em grupo, exposição pelas normalistas, trabalhos desenvolvidos em classe ou em biblioteca, trabalhos apresentados pelas relatoras dos grupos são procedimentos que sugerem ênfase nas atividades discentes como recurso para aprendizagem. Por outro lado, ficam ainda sem respostas: Quais os objetivos desses procedimentos, dessas atividades? Que conteúdos tais procedimentos e atividades abordavam? Que conteúdos eram objeto de debate, de reflexão? Quanto às formas de avaliação adotadas, provas escritas e orais, cabe, também, uma pergunta: Qual a relação dessas formas de avaliação com os objetivos da disciplina? Pode-se dizer, então, que acerca do ensino da disciplina Filosofia da Educação há muitas questões instigantes merecedoras de resposta.

Os dados encontrados permitem algumas análises, ainda que não definitivas sobre os conteúdos de Filosofia da Educação ministrados no processo de formação dos professores primários do estado do Paraná.

Essas análises sugerem que a finalidade do ensino do saber filosófico a respeito da educação era, por um lado, dar aos futuros professores os fundamentos, as bases ou esclarecer os pressupostos dos métodos e das atividades educativas, tal como explicitado, de forma bem clara, no plano de estudos do curso de formação de regentes do ensino primário. Essa preocupação com os fundamentos, com as bases, com os princípios parece estar presente no Curso normal ministrado no Instituto de Educação do Paraná e no Colégio Sant'Ana. Por outro lado, os documentos obtidos nessas instituições apontam também que na formação das normalistas e de administradores escolares estavam presentes o estudo de áreas da Filosofia e o estudo de História da Filosofia. É provável que os docentes das disciplinas Pedagogia, História e Filosofia da Educação e de Filosofia e História da Educação buscassem extrair de cada sistema filosófico princípios de ordem geral aplicáveis às atividades práticas de educação, hipótese que precisa ser confirmada.

Recorrendo-se à concepção de filosofia da educação explicitada pelos professores Fontoura ([19--]), Bello ([19--]) e Santos (1966), em seus respectivos manuais didáticos, orientados para as escolas normais e para os cursos de pe-

dagogia, poderá ser observada em comum uma posição filosófica reconhecida como cristã e que para eles a filosofia da educação é “[...] ciência que ensina finalidades, objetivos, caminhos na Educação [...]” (FONTOURA, [19--], p. 35), cabendo à filosofia da educação “[...] ditar os princípios, as normas e os ideais que devem nortear toda a ação educativa [...]” (SANTOS, 1966, p. 91), podendo ser conceituada “[...] como o exame crítico das conclusões das várias ciências pedagógicas [...] tem um ‘objeto formal mais restrito’ os valores em educação [...], os fins e ideais educativos.” (BELLO, [19--], p. 18).

Portanto, pode-se afirmar que, no período de 1946 a 1971, a disciplina Filosofia da Educação ministrada no processo de formação dos professores primários paranaenses tinha um caráter mais normativo que um caráter de reflexão e crítica de teorias e práticas educacionais. Parece ser possível generalizar a afirmação de Severino (2000) sobre a disciplina curricular Filosofia da Educação nas primeiras décadas do século XX para as três décadas seguintes. Para esse pensador, nas primeiras décadas do século XX: “[...] não se pode falar de Filosofia da Educação, cabendo referir-se antes às pressuposições ideológicas e às posturas filosóficas implícitas nos discursos práticos do que nas elaborações teóricas.” Segundo Severino (2000, p. 273), “Não se constata nenhuma evidência de que se julgasse necessário discutir, sob qualquer ângulo, a legitimação da educação.”

Acrescente-se, finalmente, a partir ainda de seu trabalho *A Filosofia da Educação no Brasil: esboço de uma trajetória* (SEVERINO, 2000, p. 265-284), alguns fatos relevantes que poderiam explicar por que os conteúdos ministrados como Filosofia da Educação eram preponderantemente conteúdos reconhecidos como História da Filosofia.

Os cursos de pós-graduação em educação que viriam contribuir com estudos filosóficos educacionais e com estudos sobre a área Filosofia da Educação seriam instalados a partir de 1970.

Nos anos que antecederam a instalação desses cursos era pequena a produção de trabalhos de análise filosófica da educação. Até 1970, segundo Severino (2000), observa-se no panorama nacional a ausência de uma literatura especializada na temática Filosofia da Educação. A produção bibliográfica anterior a 1970 tem muito mais um caráter didático e paradidático. Registre-se, ainda, no período focalizado por esta pesquisa, a ausência de periódicos dedicados ao tema ou com espaços para a apresentação de trabalhos dessa natureza.

Consequentemente, a organização de professores de Filosofia da Educação, de alunos dos cursos de pós-graduação em educação interessados, quer nesse campo de conhecimento, quer na disciplina curricular e de pesquisadores de questões filosóficas educacionais, só ocorreria com a instalação do Grupo de Trabalho Filosofia da educação no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação.

Até o final dos anos 60, havia uma carência de profissionais envolvidos não somente com a discussão da identidade da área de conhecimento Filosofia da Educação, mas também com a questão da identidade da disciplina vinculada a esse campo de conhecimento.

Logo, no período 1946 a 1971, não havia condições concretas para a discussão e definição do estatuto da área de conhecimento e da disciplina Filosofia da Educação. Acrescente-se, finalmente, que nessas circunstâncias a disciplina Filosofia da Educação não podia ter clareza quanto ao seu objeto. Assim, não constituía de fato referencial para os professores primários paranaenses desenvolverem uma reflexão filosófica sobre sua prática de tal forma que pudessem transformá-la em práxis.

### ***Philosophy of Education in the professional formation of primary school teachers from Paraná***

#### *Abstract*

*This article refers to the trajectory of the discipline Philosophy of Education in the professional formation of primary school teachers from Paraná within 1946-1971. The study of that trajectory uses as main reference the Instituto de Educação do Paraná, an institution located in Curitiba, capital of the Paraná state. The objectives of this paper are: to identify the contents present in the discipline Philosophy of Education and the concept present in the Philosophy of Education that has identified the courses given by the aforesaid institution. The theoretical backup for this paper is based on Chervel (1990) and Santos (1990). To achieve the abovementioned objectives the following sources were used: class diaries, list of subjects for school exams, list of subjects for public tests, the Federal Government decrees, the State Government decrees, deter-*

*minations from the State Educational Secretary, instructions from the State Public Service Committee and school manuals. Those sources were obtained in the library and public archives of the Instituto de Educação do Paraná as well as in the archives of the Colégio Sant'Ana. The analysis of the data obtained indicate that the discipline Philosophy of Education within 1946-1971 lacked an identity for contents studied were mainly the History of Philosophy, not contributing therefore, to create a reference for primary school teachers to reflect about their educational practice and transform it into praxis.*

*Keywords: Teaching the Philosophy of Education. Professional formation of Primary School Teachers. History of the discipline.*

### Notas explicativas

- <sup>1</sup> Em 1992 essa Instituição Escolar foi denominada de Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto e no ano seguinte de Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto. No âmbito deste trabalho, optou-se pela denominação Instituto de Educação do Paraná ou IEP.
- <sup>2</sup> Os currículos-tipos deveriam “ser adotados pelos estabelecimentos oficiais de ensino médio, que no prazo previsto pela Resolução 26/65, não encaminharam à apreciação do Conselho Estadual de Educação, formulações curriculares próprias.” (art. 2º, resolução 2/66 do Conselho estadual de Educação).
- <sup>3</sup> A cidade de Ponta Grossa era considerada no início do século XX a principal cidade do interior do Paraná (LUPORINI, 1996, p. 87).
- <sup>4</sup> A obra de Fontoura, cuja primeira edição é de 1969, tem o título de Filosofia da Educação. Essa obra integrando a coleção *A Escola Viva* foi dedicada aos professores do Paraná. O autor abordou os referidos temas nos capítulos II, XV e XVIII. Bello também em seu livro *Filosofia da Educação*, volume 19 da *Coleção Didática do Brasil*, que em 1965 chegou à quinta edição, discorreu sobre os nomeados temas nos capítulos II e X. Por sua vez, Santos (1966), em *Noções de Filosofia da Educação* destinou os capítulos II e V, respectivamente, aos assuntos Conceitos de educação e Os fins da educação. Seu livro também fez parte de uma coleção: *Curso de Psicologia e Pedagogia*. Esse autor em Advertência afirma que a elaboração de seu livro “[...] resultou de resumos de aulas de filosofia da educação ministradas às alunas do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula, durante o ano letivo de 1941.”
- <sup>5</sup> Três das condições para se inscrever no referido concurso eram: pertencer ao quadro de professores da Secretaria de Educação e Cultura; ter concluído o curso de professor normalista com o diploma devidamente registrado; possuir quatro anos de exercício de serviços ligados à educação e ter exercido cargo de direção de grupo escolar, de escola profissional do Estado, do Município ou de Autarquia Federal ou de Assistente Técnico de escola normal (PARANÁ, 1950, p. 1).

<sup>6</sup> Embora não haja registro de conteúdos nos meses de agosto a setembro, observou-se, nesse período, o registro de frequência das alunas matriculadas na disciplina.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabel Batista; RHODEN, Iolanda Maria. **Colégio Sant'Ana – 100 anos de Educação e Evangelização em Ponta Grossa: 1905-2005**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2005.

BELLO, Ruy de Ayres. **Filosofia da Educação**. 10. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, [19--].

BRASIL. Decreto-lei n. 8530 de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do ensino normal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 116-118, 4 jan. 1946.

CALDEIRA, Eny. **Oportunidades de Formação do Magistério Primário**. Rio de Janeiro: Inep/MEC, 1959.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria Educação. **Pannonica**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COLÉGIO SANT'ANA. **Pasta de relatórios de conteúdos ministrados na escola normal**. Ponta Grossa, 1961.

FONTOURA, Amaral. **Filosofia da Educação**. 21. ed. Rio de Janeiro: Aurora, [19--].

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Livro de Ponto do Professor**. Curso Normal, 3ª série, 2ª turma, Curitiba, 1965.

\_\_\_\_\_. **Livro de Ponto e Diário de Aula**. Curso Normal, 3ª série, 1ª turma, Curitiba, 1965.

\_\_\_\_\_. **Livro de Ponto e Diário de Classe**. Curso Normal, 3ª série, 3ª turma, Curitiba, 1965.

\_\_\_\_\_. **Livro Ponto e Diário de Aula**. Administração Escolar, 1ª série, Curitiba, 1965.

\_\_\_\_\_. **Livro Ponto e Diário de Aula**. Administração Escolar, 1ª série, Curitiba, 1966.

IWAYA, Marilda. **Palácio da Instrução**: Representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). 2000. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

LUPORINI, Teresa Jussara (Org.). **Catálogo das fontes primárias e secundárias para a educação brasileira, localizadas no Estado do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1994.

PARANÁ (Estado). Decreto n. 432, de 26 de janeiro de 1946. Dispõe sobre Escolas de Professores. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 16, n. 566, p. 1, 4 fev. 1946a.



PARANÁ (Estado). Decreto n. 2.368, de 3 de setembro de 1946. Dispõe sobre a reorganização do ensino normal. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 16, n. 728, p. 1-2, 9 set. 1946b.

\_\_\_\_\_. Diretoria Geral de Educação. Portaria n. 116, de fevereiro de 1947. Estabelece a finalidade e a estrutura curricular do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação e regulamenta o processo de seleção de candidatos às vagas do Curso. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 35, n. 163, p. 3-4, 12 set. 1947a.

\_\_\_\_\_. Comissão de Serviço Público Estadual – Instruções especiais que regulamentam o concurso para provimento em cargos de classe inicial da carreira de delegado de ensino no Serviço Público Estadual. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 35, n. 170, p. 1, 20 set. 1947b.

\_\_\_\_\_. Assembléia Legislativa. Lei 170, de 14 de dezembro de 1948. Dispõe sobre a organização e atribuições da Secretaria de Educação e Cultura. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 36, n. 247, p. 1-2, 23 dez. 1948.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.862, de 17 de novembro de 1949. Dispõe sobre a estrutura curricular das escolas normais Regionais. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 37, n. 277, p. 1, 24 jan. 1950a.

\_\_\_\_\_. Comissão de Serviço Público Estadual. Delega ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura a realização de concurso para o provimento dos cargos na carreira de “Delegado de Ensino”. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Curitiba, ano 38, n. 213, p. 1-2, 18 nov. 1950b.

PARANÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 26 de 7 de dezembro de 1965. Estabelece as bases curriculares do Ensino Médio para os estabelecimentos integrantes do Sistema Estadual de Ensino. **Critéria:** Publicação da Secretaria Geral, Curitiba, n. 1-2, p. 197-198, jan./jun., jul./dez. 1965.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução n. 2, de 3 de março de 1966. Aprova os “currículos-tipos” apresentados ao Conselho Estadual de Educação pela Secretaria de Educação e Cultura. **Critéria,** Publicação da Secretaria Geral, Curitiba, n. 3, p. 26-32, jan./jun. 1966.

PIMENTA, Selma G.; GONÇALVES. **Revendo o ensino de 2º grau:** propondo a formação de professores. São Paulo: Cortez, 1990.

RIVAS, Noeli Prestes Padilha. **As reformas curriculares no processo de constituição das escolas de formação de professores no Estado do Paraná.** 2002. 292 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

ROCHA, Dorothy. A disciplina Pedagogia e o saber filosófico sobre educação na escola normal de Curitiba: 1900-1945. **Intermeio:** Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, v. 9, n. 18, p. 64-77, 2003.

\_\_\_\_\_. A escola normal Secundária de Curitiba nos anos 20. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Org.). **A Escola secundária:** modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2003. p. 143-156.

SANTOS, Lucíola Licínio de. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. Teoria Educação. Porto Alegre, **Pannonica**, n. 2, p. 21-29, 1990.

SANTOS, Theobaldo Miranda. 11 ed. **Noções de Filosofia da Educação**. São Paulo: Nacional, 1966.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A Filosofia da Educação no Brasil: esboço de uma trajetória. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **O que é Filosofia da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 265-365.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

Recebido em 15 de setembro de 2008

Aceito em 14 de abril de 2009

